



Informativo Vivat nº 56

211 East 43 St, Suite 706, New York, New York 10017 Tel | Fax : +1 646-487-0003

Janeiro – Março 2013

Email: viny@vivatinternational.org

Bem-vindos à 56ª Edição do Informativo Vivat Internacional

Nesta edição, VIVAT Internacional, prossegue numa abrangência maior reportando eventos das Nações Unidas, em Nova Iorque e em Genebra, juntamente com a vida em muitos outros cantos do mundo. Ouvimos experiências pessoais de trabalho com VIVAT, a difícil questão do açambarcamento de terras e a abrangência do tráfico humano.

Há também sinais positivos em progresso feitos em companhias, empresas cômicas em estabelecer padrões mais justos com relação aos direitos de seus trabalhadores/trabalhadoras e de seus fornecedores.

Esperamos que os leitores e leitoras dessa edição se tornem cientes da necessidade urgente de pessoas comprometidas que sonham com um novo mundo. Nesse sentido, VIVAT pode ser uma fonte inspiradora de vida através da qual as experiências verdadeiras de nossos membros que trabalham em comunidades possam ser levadas à atenção da ONU e, como consequência, informações e especialistas da ONU possam se tornar disponíveis aos membros VIVAT, em qualquer parte do mundo.

Para que tal desejo se concretize imediatamente, dê uma olhada em “Minha Palavra” pesquisa à página 9 dessa edição. Eis a chance para você dar sua opinião sobre a definição de uma nova agenda de desenvolvimento pós 2015.

NESTA EDIÇÃO:

Academia e Assessoria	2
Direitos Humanos e Grandes Negócios	3
Usurpação das Terras	4
Tráfico Anti-Humano	5
África Fé & Justiça	7
51ª Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável	8
Pós 2015	9
Experiência na VIVAT internacional	9

MESA DIRETORA

Maria Theresia, SSps
Heinz Kulüke, SVD
Gervase Taratara, CSSp
Carmen Bando, SSps
Milan Bubak, SVD
Gregory Pinto, SVD
Zita Resch, ASC

REPRESENTANTES ASSOCIADOS

Maria Filomena Borges, Cssp
Maureen O'Malley, MSHR
Fernanda Cristinelli, MCS
Arlindo Pinto, MCCJ
Cecile Renouard, RA
Camille Piche, OMI
Claudio Wever, SCJ
Franca Sessa, LSA

EQUIPE EXECUTIVA

Zelia Cordeiro, SSps
Felix Jones, SVD

CONTRIBUIÇÃO TEXTOS

Maria Theresia ssp,
Rodrigo Salzar svd,
Maria Jose Rebelo ssp,
Paul Rahmat svd,
John Converset mccj,
Raimundo Rocha mccj,
Edward Vasquez omi,
Joy Mary Climaco ssp,
Maria de Lourdes ssp,
Edward Flynn cssp,
Malou Cadelina Manar,
Michael Gallagher

TRADUTORAS

Juan Domingo Griffone, SCJ
SPANISH

Simone Petra Hanel, SSps
GERMAN

Edni Gugelmin, SSps
Portuguese

Proof-reader
Judy Cates

NOVA IORQUE GENEBRA

+1 646 478 0003

GENEBRA

+41 022 796 991

ACADEMIA E ASSESSORIA: Trabalhando juntas/juntos para um Mundo Melhor

De 3 a 15 de março de 2013, eu participei de eventos durante a 57ª sessão da Comissão da ONU sobre o Status da Mulher, em Nova Iorque. O Chefe de Departamento e o Reitor de Artes e Ciências da Universidade de Creighton apoiaram minha participação na Sessão, apesar de estar acontecendo durante o semestre universitário da primavera. Ambos acharam que a participação na referida Sessão era uma justificativa razoável para estar ausente no campus por duas semanas. O tempo passado em Nova Iorque foi uma experiência de aprendizado valiosa, a equipe executiva Felix Jones e Zélia Cordeiro foram hóspedes maravilhosos e conhecê-los e a outros participantes de Vivat Internacional foi ao mesmo tempo inspirador e enriquecedor.

O tema principal foi da 57ª Sessão da Comissão foi a eliminação e prevenção de todas as formas de violência contra mulheres e meninas. Os delegados e as delegadas também revisaram o documento prévio acordado sobre a partilha igual das responsabilidades entre mulheres e homens, incluindo cuidados no contexto de HIV/AIDS. Mesmo conhecendo melhor o tema revisto, o fato de participar de eventos sobre a violência de gênero me ajudou a conhecer melhor esse problema global e os esforços feitos por ONGs e



Delegação da VIVAT Internacional à 57ª comissão sobre o status das mulheres no intervalo do 'cafezinho'

governos nacionais no sentido de enfrentar esse tipo de violência.

Particularmente, durante os primeiros dias da Conferência eu estava sobrecarregado pelo grande número de eventos acontecendo simultaneamente: (1) a discussão oficial dos representantes na ONU; (2) painel de discussão organizado por missões permanentes na ONU junto com ONGs com status consultivo na ONU e painel de discussão organizado por ONGs paralelamente aos eventos da ONU. Como qualquer outra reunião, a qualidade das apresentações e discussões variou. As melhores fizeram parte de painéis, que foram organizados por representações nacionais juntamente com ONGs e incluíram apresentações por ativistas de movimentos de base e pesquisadores: os ativistas apresentam seu trabalho e o impacto local com paixão; os pesquisadores apresentam

o contexto e a análise científica e os representantes da ONU ouvem, respondem brevemente e fazem perguntas. No entanto, a presença de acadêmicos, de modo geral, foi baixa comparando-a com a dos representantes da política e de ONGs. Apesar da ênfase desde os anos 1980 em “deixar a torre de marfim”, muitos acadêmicos não estão envolvidos direta e ativamente em trabalho “aplicado”, o que implica em fazer a pesquisa e registrar resultados aplicáveis e relevantes

para as questões contemporâneas. Em algumas esferas acadêmicas o “trabalho aplicado” é ainda trabalho “sujo” com conotação de baixa sofisticação e de trivialidade. Felizmente, em Antropologia, minha disciplina acadêmica, a antropologia aplicada é normalmente considerada válida e importante e muitas associações profissionais, como a Sociedade por Antropologia Aplicada estimulam seus membros a trabalhar com comunidades, ativistas e fazedores de políticas no enfrentamento de várias formas de sofrimento humano. No entanto, o comparecimento de antropólogos na 57ª Conferência foi mínimo se comparado ao de outras áreas. VIVAT Internacional é uma plataforma adequada de colocar nossas competências e talentos no enfrentamento a várias formas de problemas sociais.

Convido a Equipe Executiva a visitar a Universidade de Creighton e a organizar um seminário para estudantes e faculdade sobre assessoria. A equipe mostrou-se aberta à sugestão e vários colegas da Universidade estão entusiasmados sobre essa possibilidade. A Universidade de Creighton possui um Centro para Serviço e Justiça, interessado em acolher o seminário,

o que poderia ser o começo de uma relação mais prolongada entre os estudantes da e faculdade com VIVAT. A Universidade de Creighton possui conhecidos estudiosos em vários campos, tais como desenvolvimento sustentável, justiça criminal, justiça e sociedade, Ensino Social da Igreja e cuidados da saúde em vários campos. Vários colegas são comprometidos com justiça social e

podem estar dispostos/ dispostas a colaborar com VIVAT.

Agradeço ao Generalato da Sociedade do Verbo Divino que me convidou a participar da 57ª Conferência sobre a Situação da Mulher e, à Equipe executiva, que encaminhou minha participação. Obrigado!

Alexander Rödlach, SVD

DIREITOS HUMANOS E GRANDES NEGÓCIOS

Nos dias de hoje, como resultado da globalização, as roupas que vestimos e o alimento que comemos podem proceder de qualquer lugar do mundo. E, na maioria das vezes, não sabemos a origem dos bens e materiais que fazem parte de nosso cotidiano. Pesquisando, descobri que meus sapatos foram feitos no Vietnã e que uma fruta que comi, na semana passada, na salada de frutas frescas, procede de diferentes países. Relutamos em nos colocar semelhantes questões e, se o fazemos, paramos depois de umas buscas iniciais.

Se continuarmos a inquirir um pouco mais, podemos nos perguntar: ‘quais são as condições de trabalho das pessoas que produzem os bens?’ Elas recebem uma retribuição justa? Essas questões podem ser o início de uma discussão muito interessante. Recentemente tive uma discussão semelhante aqui em Genebra com alguém que trabalha para uma grande empresa. Estava interessado em saber se a companhia tinha preocupação sobre os direitos humanos de seus empregados.

Fiquei surpreso ao saber que a companhia tem uma política de

direitos humanos que assegura que todas as pessoas que trabalham na companhia são tratadas adequadamente. Essa não é a norma, mas é bom saber que algumas empresas estão tomando a frente no estabelecimento de padrões aceitáveis para os que estão no mundo da produção. Essa discussão sobre negócios e Direitos Humanos cresceu de importância nos últimos anos, tanto que agora há um mecanismo no Conselho de Direitos Humanos para lidar com isso chamado ‘Grupo de Trabalho sobre Negócios e Direitos Humanos’.

Algumas semanas atrás veio a público, em vários países europeus, o fato de que algumas companhias acrescentavam carne de cavalo a produtos com a etiqueta de carne bovina. Isso tem causado certa agitação em companhias, na indústria, institutos de análises e governos. O nível esperado pelos consumidores não foi alcançado e, como resultado, vários processadores de alimentos e supermercados foram fechados ou tiveram que retirar os produtos de suas prateleiras com prejuízo nos lucros.

Tais fatos mostram a neces-

sidade de alto nível e completa transparência na condução dos negócios. A indústria de alimentos é uma das áreas onde há grande preocupação sobre direitos humanos dos trabalhadores e trabalhadoras. Em uma nova campanha da Oxfam há uma forte concentração sobre as ‘políticas sociais das companhias de alimentos e de bebidas’. “É tempo para que essas companhias assumam maior responsabilidade por sua grande influência sobre a vida dos pobres”, disse Jeremy Hobbs, Diretor Executivo da Oxfam Internacional.

As empresas não estão sendo questionadas a examinar suas cadeias de fornecimento e verificar a maneira como seus produtos chegam ao mercado. Como os trabalhadores são recompensados por seu trabalho? Os direitos das mulheres são respeitados no processo? As crianças são envolvidas na cadeia de trabalho? Que impactos a produção de bens têm no meio ambiente local, solo e recursos hídricos?

Algumas empresas são melhores que outras no que se refere às práticas positivas nesse campo. Essas merecem ser recomendadas e

suas políticas sociais e de direitos humanos devem ser destacadas.

Muitas questões acima relacionadas tem uma preocupação especial com os povos indígenas. Para tratar disso e de outros assuntos relacionados, a ONU criou um mecanismo novo chamado de Grupo de Trabalho sobre Negócios e Direitos Humanos. O GT começou seu trabalho em 2011 e parte de seu mandato é ‘promover a compreensiva e efetiva disseminação e execução do Guia dos Princípios sobre Negócios e Direitos Humanos’.

Esse recurso surgiu como resultado do trabalho feito por John Ruggie, que desenvolveu o Guia de princípios para esse trabalho “Proteger, Respeitar e Corrigir”.

Em dezembro de 2012 houve um Fórum de três dias aqui em Genebra sobre o tema Grandes

Documentos-chave, apresentações e transmissão ao vivo do referido Fórum estão disponíveis nas páginas OHCHR e ICC da web:

<http://www.ohchr.org/EN/Issues/Business/Pages/ForumBusinessandHR2012.aspx>

<http://nhri.ohchr.org/EN/Themes/BusinessHR/Pages/Home.aspx>

Negócios e Direitos Humanos. Entre os que participaram estavam Representantes Governamentais, ONGs e Companhias.

Domingo, 3 de março, na Suíça haverá uma votação sobre a proposta de limitar a quantidade de dinheiro que as lideranças executivas recebem em bônus. Trata-se de uma iniciativa de cidadãos com apoio popular, mas quer está sendo contestada pelas organizações empresariais. Isso

deixa claro que há necessidade de mais medidas para regular a operação das grandes companhias.

O trabalho que está sendo feito na ONU é de assessoria no estabelecimento de padrões. Além dessa tarefa importante, há uma necessidade em âmbito nacional de integrar esses padrões à economia local. Essa não será uma missão fácil, uma vez que 50 grandes empresas fazem parte das 100 maiores economias do mundo.

A QUESTÃO DO AÇAMBARCAMENTO DAS TERRAS, NA ONU.

Durante um evento paralelo ao 2º Sínodo para a África em 2009, alguns Bispos Africanos denunciaram a monopolização da terra como uma das maiores ameaças contra os povos africanos e fazem um apelo: “Nós, africanos, podemos suportar tudo, menos que nos despojem de nossas terras”.

Depois disso, alguns bispos e lideranças religiosas pediram apoio à luta do Povo Africano na defesa de suas terras. Isso levou os Missionários Combonianos a fazer um comprometimento sério: “Nós queremos nos comprometer para assegurar que a África não será ví-

tima de genocídio como consequência da usurpação de suas terras”.

O problema da usurpação da terra tinha reaparecido no discurso internacional durante a crise alimentar nos anos 2007-2008 quando algumas nações, como a Coreia do Sul e a Arábia Saudita começaram a comprar extensões de terras nos países em desenvolvimento para o cultivo de alimentos para seus próprios povos. Desde então, a questão da monopolização da Terra tem sido mais destacada no discurso internacional, mas infelizmente o termo é muitas vezes usado ambigualmente para indicar a aquisição de terras de

forma correta em larga escala sem prestar atenção à injustiça que significa tirar a posse de agricultores locais que vêm usando a terra de modo tradicional e informal.

Como resposta a essa séria preocupação dos africanos e para abrir um diálogo e propor soluções, representantes de ONGs encontraram-se em 9 de janeiro de 2013 para discutir estratégias de apoio e assessoria.

Nessa reunião, Matteo Manfredi demonstrou a necessidade de uma estratégia e também indicou algumas linhas de ação que já es-

tão em curso. Sua apresentação, “Usurpação da Terra – Necessidade de um Quadro Normativo” acentuando tanto as falhas na legislação nacional como as oportunidades de se valer de acordos internacionais existentes.

A legislação nacional varia muito. Poucos países possuem leis aplicáveis sobre o investimento internacional em terras e os direitos dos agricultores muitas vezes dão pouca atenção à agenda política nacional. Porém, essa “lacuna legal”, como Manfredi a chamou, significa que nós devemos ser conhecedores de outros canais através dos quais poderia ser feita a justiça aos agricultores.

A “soft Law” (legislação flexível) Internacional, baseada em declarações e convenções da ONU, as orientações informais da FAO de 11 de maio de 2012 e a Declaração de Tirana de 26 de maio de 2011, são somente o primeiro passo para o estabelecimento de um quadro legal mais justo em torno dessa grande questão. A legislação flexível provou ser eficiente em outras áreas dos direitos humanos, por fim “endurecendo” não apenas como uma prática socialmente vinculada, mas também em tratados internacionais.

As diretivas da FAO se referem aos direitos e restituição das terras. Com essas diretrizes, as ONGs podem criar um quadro legal facilitando ligações entre agricultores locais e instituições internacionais, bem como entre pessoas comprometidas a lutar por justiça social na base e nas instituições internacionais chaves.

Regulamentação do açambarcamento de terras exigirá de todos os grupos interessados, como, ONGs, Rede Africana Fé e Justiça em Washington e Rede África Europa Fé e Justiça, em Bruxelas um trabalho em conjunto para criar parcerias com corporações envolvidas na agricultura em países de interesse; trabalhos universitários sobre agri-

cultura sustentável e produção de alimentos, organizações apoiando comunidades indígenas em risco de genocídio cultural e físico e outros grupos que estão monitorando pessoas com relação ao respeito à terra e também aquelas que lutam contra a corrupção na posse da terra, tais como a Organização Alimento e Agricultura (FAO), o Instituto Oakland, Oxfam e Church World Service. Aqueles que reconhecem o açambarcamento da Terra como uma violação do direito fundamental ao alimento e à água devem levar a questão às organizações internacionais que podem, erradamente, perceber o problema como compra de terras desocupadas ou disponíveis, já que não são governadas por uma lei nacional ou internacional.

Os membros da VIVAT Internacional estão convidados a contribuir no primeiro estágio do planejamento de apoio enviando informações sobre casos de grilagem de terras e legislação nacional que serão compilados por Jean Paul Pezzi, MCCJ.

AS INFORMAÇÕES SERÃO ENVIADAS A:
pezzijp@hotmail.com com cópias para VIVAT
International vini@vivatinternational.org e geneva@vivatinternational.org

Aprofundando Conceitos e Perspectivas no Trabalho Anti-Tráfico Humano

Traficar pessoas é exploração criminal e comercial da pessoa vulnerável. Neste artigo, serão feitas algumas considerações com o intuito de informar sobre questões relacionadas ao tráfico humano, como definir termos e fazer análises mais generalizadas.

O Relatório Global sobre Tráfico de Pessoas 2012, emitido pelo escritório da ONU sobre Drogas e Crime (UNODC) em dezembro, é a visão mais recente e sobre tráfico humano abrangente e foi usado como fonte e inspiração para o que segue.

A 57ª Comissão sobre a Situação da Mulher promoveu vários eventos e conversações específicos do tráfico. Isso demonstra um largo reconhecimento das questões relativas aos espaços em nossa consciência da violência, e violência contra as mulhe-

res. Tráfico, como outras formas de violência, é possível por causa da posição de vulnerabilidade das pessoas.

As mulheres enfrentam um mundo mais duro do que seus parceiros homens em cada região e continente. Há uma longa prática de duras exigências sexistas, coloniais, ocidentais, tradicionais/tribais ou tudo isso, que têm como resultado o fato de as mulheres terem menor acesso à educação, moverem-se e migrarem livremente, adquirirem propriedades, serem independentes financeiramente, terem empregos e participarem de decisões em lugares de poder. O Tráfico se apoia nessa privação; 76% das pessoas detectadas vítimas de tráfico, em 2009 eram do sexo feminino (em 59% mulheres e 17% meninas). Se alguém não tem trabalho remunerado, nunca saiu de sua vizinhança ou cidade, tem um baixo grau de escolaridade e de conhecimento de idiomas, as falsas promessas de um traficante são uma armadilha na qual é fácil cair e difícil de sair.

- Tráfico para a remoção de órgãos
- Tráfico para casamento forçado ou adoção
- Trabalho forçado sem oferecimento de transporte
- Tráfico para exploração sexual comercial
- Tráfico para trabalhos forçados

Em muitos países, pessoas vítimas de tráfico pertencem às zonas

rurais. Também indígenas, pessoas que estão mudando, muito provavelmente escapando de conflitos, de devastações ambientais ou de depressão econômica. Ser criança é não ter poder. É por isso que associamos tráfico à vulnerabilidade. Poder-se-ia dizer que a violência estrutural, especialmente pobreza e vitimização pelos sistemas econômicos é outra fonte, talvez a violência causadora dos sofrimentos das massas vulneráveis. As vulnerabilidades têm graus e os abusos, componentes.

A discussão do termo “tráfico em pessoas” ajuda-nos a clarear como essa injustiça funciona e como deveríamos concebê-la. A OIT (Organização Internacional do Trabalho) define ‘trabalho forçado’ como ‘todo trabalho ou serviço que é executado por qualquer pessoa, sob ameaças e represálias em lugar de alguma penalidade e para o qual não se ofereceu voluntariamente’. Essa definição dá ao ‘trabalho forçado’ um âmbito muito mais vasto que outros termos chave, por que: transporte ou transferência não são critérios e exploração sexual e trabalho não sexual recaem em seus parâmetros. Por essa definição, a OIT disse, em junho de 2012, que 20.9 milhões de indivíduos estão em situação de trabalho forçado em todo o mundo.

Vítimas de tráfico geralmente são incluídas nesses 20.9 milhões, mas a figura não é exaustiva de

todo o tráfico de pessoas. Aquelas traficadas para remoção de órgãos e aquelas para casamento forçado ou adoção (onde não há exigência de trabalho) formam a terceira e quarta forma de tráfico de pessoas. O tráfico para trabalhos forçados e para exploração sexual representam as duas primeiras.

Para o termo ‘tráfico para trabalho forçado’, trabalho que não é exploração sexual não conta, e mais, movimento/transporte é uma condição necessária. Entretanto, ‘tráfico de pessoas’ não tem o transporte como condição necessária, já que o Protocolo de Prevenção, Supressão e Punição do Tráfico de Pessoas, especialmente de Mulheres e Crianças (UN TIP Protocolo) inclui ‘alojamento ou recepção de pessoas’ como atos qualificados no tráfico (entre outros).

Para ser mais específico, ‘tráfico para exploração sexual comercial’ seria prostituição de rua controlada por cafetão/cafetina, prostituição em bordel, prostituição pela internet e assim por diante. ‘Trabalho forçado lembra escravidão por dívidas, servidão doméstica e descarada escravidão e práticas semelhantes à escravidão em diferentes setores como pesca, agricultura, serviços têxteis, cosméticos e hotéis. Crianças podem ser vítimas de tudo isso, o que acresce à complexidade do quadro. Outra subdivisão do trabalho forçado de crianças inclui crianças soldados e crianças vendedoras de rua.

O Grupo Aberto de Trabalho sobre Metas do Desenvolvimento Sustentável Conclui sua Primeira Reunião

Um dos principais resultados da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável

(Rio+20), ocorrida no Rio de Janeiro em junho de 2012, foi o acordo pelos membros de Estado para co-

meçar um processo para desenvolver um conjunto de metas. Rio+20 não elaborou metas específicas,

mas disse que elas deveriam ser em número limitado, motivos de aspiração e fáceis de serem comunicadas. As metas deveriam se referir, de uma maneira equilibrada, às três dimensões do desenvolvimento sustentável e ser coerentes com e

integradas na agenda de desenvolvimento da ONU além 2015. Os 30 membros do Grupo Aberto de Trabalho (GAT) da Assembleia Geral, estabelecido em 22 de janeiro 2013, têm a tarefa de preparar uma proposta sobre as metas. Os Estados

Membros decidiram usar um sistema inovador, baseado na circunscrição de representação. Isso significa que a maioria das cadeiras do GAT é partilhada por vários países. Ele começou seu trabalho com dois dias de reunião - 14 e 15 de março.

Membros VIVAT Celebraram a África na Conferência África Fé & Justiça

Por três décadas, a Rede África Fé e Justiça (AFJN) vem trabalhando para influenciar a política EUA-África em diversas questões e para informar o público norte americano sobre a África, por sua perspectiva única de povo de fé, de missionários e agentes de justiça de longo tempo, paz e desenvolvimento na África. Entre os dias 1º e 3 de março, celebrou-se seu 30º aniversário, ocasião para festejar suas conquistas, atividades atuais e visão do futuro. A longamente antecipada reunião anual e a Celebração do 30º Aniversário, com a presença de mais de 100 pessoas, teve lugar na Universidade de Notre Dame, em South Bend, Indiana. Não poderíamos ter escolhido lugar mais confortável e de alto aprendizado em tecnologia para prestar homenagem ao grupo.

Treze membros VIVAT participaram da conferência e, enquanto muitos dos 13 membros já se conheciam, outros se encontraram lá, pela primeira vez, num improvisado encontro na hora do almoço do dia 2. Após a introdução, partilhámos mais amplamente também sobre os princípios norteadores da VIVAT e sobre os planos e ações em curso de VIVAT-EUA.



Membros VIVAT reuniram-se em Indiana para o 30º aniversário e reunião

Os/as palestrantes do encontro partilharam seus conhecimentos sobre Mudanças Climáticas, Açambarcamento de Terras, Tráfico, Construção da Paz, Política Externa dos EUA, AFRICOM, e mais, referindo-se à África. Houve também algumas sessões especialmente voltadas às/aos estudantes universitários. Na tarde do dia 2, o Centro de Recursos de Lesoto recebeu o prêmio AFJN e a Irmã

Clarita Hansen recebeu o prêmio por sua dedicação de muitos anos à Rede África & Fé e Justiça.

Sábado à noite terminou com uma apresentação de um grupo local de dançarinos ruandeses, que, de fato, fez todo mundo levantar e dançar. A liturgia de encerramento da conferência aconteceu na Basílica do Sagrado Coração, no Campus da Notre Dame.

Alguns momentos importantes da fala dos dois principais palestrantes da conferência:

Richard Baawobr, superior Geral dos Missionários da África, citou o cardeal Peter Turkson, e deu uma palestra inaugural dinâmica que incorporou muitos dos pensamentos do Cardeal aos seus. Ele levantou a questão de “RAÍZES” e “ROTAS” da Justiça e Paz bíblicas e fez a pergunta: Onde “Justiça e Paz” está mais enraizada na África? Ele deu informações pertinentes sobre os dois últimos sínodos e concluiu que encontros ecumênicos e diálogo levarão à Justiça na África. Ele desafiou a todos/todas a verem o trabalho de justiça que leva à paz como uma “contínua e essencial revolução” e depois considerou a questão: “Como a Rede África Fé e Justiça pode ajudar?”.

Há três áreas: 1) através do Serviço aos pobres; 2) através do engajamento direto com África, indo lá, ficando em solidariedade com o povo como missionários e missionárias e 3) na área do Apoio e Assessoria para chegar a mudanças sistêmicas. Ajudar a África é o principal caminho para “produzir e influenciar as políticas”.

Sra. Emira Woods, Codiretora do Instituto para Estudos Políticos de Washington, DC, recebedor do Prêmio Fé e justiça, também expressou muitas ideias e ajudou-nos a tirar uma conclusão:

“Será necessária uma transformação estrutural da economia global para conseguir o caminho certo; também devemos optar pela economia verde na África. Deverá haver comércio justo e acabar com os subsídios.”

A Sra. Woods propõe-nos que desafie o status quo, ajudando a dar forma ao discurso público através de cartas aos editores de tópicos importantes críticos ao futuro da África: mudanças climáticas, açambarcamento de terras, cancelamento da dívida, paridade com o povo quanto à sua economia, efeitos da militarização na África e outros mais. Ela também comentou sobre a reautorização que está para vir, em 2015, do Decreto sobre Crescimento e Oportunidades da África, dizendo que nós o deveríamos conhecer e questionar, se necessário.

A parte mais importante do final de semana foi o encontro com vários notáveis participantes, muitos da África, a maioria tendo trabalhado na África e todos/todas, com o coração na África.

Cindy Browne
Rede Comboni JUPIIC

51ª Sessão da Comissão para o Desenvolvimento Social: Um enfoque na qualificação

Em 15 de fevereiro, na conclusão de sua 51ª sessão, a Comissão para o Desenvolvimento Social aprovou o projeto de cinco resoluções para a adoção pela Comissão na ONU. A resolução cobre uma gama de questões vitais para a promoção das sociedades baseadas no respeito pela dignidade de cada indivíduo, de jovens e portadores de necessidades especiais até envelhecimento e desenvolvimento.

De acordo com o relatório da Comissão, aproximadamente 80% da população mundial não tem acesso

adequado à proteção social, vivendo na pobreza e sentindo-se impotente para mudar sua posição. Por isso, o relatório enfatiza a necessidade de “desenvolver acessos abrangentes a serviços sociais em países onde até o momento existem apenas sistemas rudimentares, começando com segurança básica de renda e acessos garantidos aos serviços essenciais”. Ele diz ainda, “Empoderamento das pessoas está na base do desenvolvimento social”, e se refere a vários aspectos do empoderamento, incluindo participação, dignidade humana, liberdade e a completa utilização dos recursos humanos. “A

comissão oferece ainda uma oportunidade para troca de pontos de vista em outras importantes questões, como pessoas com necessidades especiais, juventude, envelhecimento, família e outros”.

Muitos dos textos aprovados dão ênfase ao empoderamento das pessoas e sua participação no avanço do desenvolvimento social. Para acesso aos documentos e arquivos da sessão transmitidos pela internet:

Acesse: <http://social.un.org/index/CommissionforSocialDevelopment/Sessions/2013.aspx>

No dia seguinte, a sociedade civil apresentou sua Declaração à Comissão, na qual afirmou: “Numa sociedade socialmente integrada cujos valores centrais

são os direitos humanos, igualdade e sustentabilidade, as pessoas estão no centro, o bem comum é respeitado e os cidadãos e cidadãs são potencializados”.

O trabalho da Comissão e o impulso da sociedade civil contribuem para estabelecer os fundamentos da 52ª sessão da ONU, mais tarde neste ano.

Desenvolvimento da Agenda pós-2015

O Desenvolvimento das Metas do Milênio tem servido como referência compartilhada para ações globais e cooperação sobre o desenvolvimento, desde que elas foram adotadas, em 2000. A menos de três anos de expiração do prazo, podemos constatar progressos significativos em direção às referidas metas. Entretanto, a ONU não está atuando mais estreitamente com diferentes apoiadores internacionais para garantir o rumo de um desenvolvimento sustentável além de 2015.

Para apoiar esses esforços, o Secretário Geral da ONU tomou várias iniciativas estabelecendo uma Equipe Tarefa para criar a agenda de Desenvolvimento da ONU para o pós 2015. Trata-se de um painel com eminentes Personalidades que apontará sua Con-

sultoria Especial para o Plano de Desenvolvimento Pós-2015.

O Departamento Econômico e Social da ONU está totalmente interessado na promoção e apoio ao surgimento de uma agenda de desenvolvimento pós-2015 sólida e ambiciosa.

A ONU está lançando uma pesquisa de opinião global pedindo-nos para escolher suas prioridades para um mundo melhor. VIVAT Internacional é uma parceira nesse sentido. Os resultados desse estudo serão compartilhados com as lideranças mundiais para estabelecer a próxima agenda global de desenvolvimento para o mundo. Para acessar as ferramentas vá para: <http://www.myworld2015.org/?partner=VIVAT>

Minha Voz é uma pesquisa para cidadãos e cidadãs, encabeçada pelas Nações Unidas e parcerias. Seu objetivo é colher vozes, prioridades e visões para que as lideranças globais possam estar informadas quando começarem o processo de definir uma nova agenda de desenvolvimento para o mundo.

Você pode escolher seu próprio idioma. Entre em contato conosco se você tiver alguma questão, problema ou dificuldade para completar a enquete. Sua voz conta. Participe!

Primeira vez no Conselho de Direitos Humanos-CDH

Nossa presença Espiritana e engajamento pastoral aqui em Genebra podem ser descritos como dupla ousadia: Ministério Paroquial e assessoria em Direitos Humanos, sob os auspícios de VIVAT Internacional, uma ONG formada por 12 congregações religiosas, da qual os Espiritanos são membros desde janeiro de 2009.

Fui designado à comunidade Espiritana aqui em Genebra em setembro de 2010. Edward Flynn, que havia chegado um ano antes,

começou seu ministério como representante da ONG em Genebra. Como os coirmãos são chamados a viver juntos em comunidade, partilhamos muito sobre nossa dupla preocupação pastoral e aprendemos de suas descobertas de como o sistema da ONU e o Conselho de Direitos Humanos em particular, operam. Na medida em que caminhamos, me convenci cada vez mais da opção Espiritana por JUPIC e abracei a visão e metas de VIVAT Internacional. Em outros termos, ficou obvio para mim

que meu serviço pastoral deveria ser aquele que busca:

- *Alcançar as pessoas e povos vivendo na pobreza de qualquer espécie e partilhar de seus esforços para a restauração do bem estar, dignidade e liberdade;*

- *Promover os Direitos Humanos, desenvolvimento sustentável, compreensão e harmonia entre os povos, culturas, classes e religiões e a criação de uma sociedade universal e de comunida-*

des locais que permitam a participação de todos e de todas;

• *Trabalhar por sustentabilidade ecológica, a proteção da biodiversidade e a preservação das riquezas do planeta para as futuras gerações.*

Enquanto nutria tais pensamentos, também me perguntava como poderia integrar tal visão e metas à minha abordagem pastoral no ministério paroquial. Inscrevi-me no instituto de Genebra pelos Direitos Humanos para uma iniciação rudimentar ao Conselho de Direitos Humanos e seus mecanismos. Os cursos foram muito bem estruturados assegurando o equilíbrio entre as dimensões teóricas e práticas no Conselho de Direitos Humanos. Os cursos são planejados para ajudar o iniciante a compreender os

procedimentos e mecanismos do CDH, por isso os cursos são geralmente planejados para coincidirem com as sessões regulares do CDH. Assim, nosso orientador introduz questões sobre os assuntos do dia e nós então vamos e acompanhamos as deliberações acontecidas na esfera dos Direitos Humanos.

Gostei de participar nas sessões, que apresentaram relatórios sobre os direitos humanos, proporcionaram diálogos interativos com mandatários e membros de Estados, painéis de discussões e debates, numa larga escala de questões sobre direitos humanos e, considerações sobre reportagens de Revistas Periódicas Universais. Gostei também participar de eventos paralelos com debates sobre questões específicas, como tráfico humano.

Em geral, eu diria que esse período de formação foi realmente um abrir os olhos. Ajudou-me a entender os órgãos das Nações Unidas, sejam eles intergovernamentais, governamentais ou não governamentais, internacionais ou nacionais e como todos eles se relacionam entre si no interior de um sistema complexo. Após minha iniciação, agora tenho um pouco de conhecimento do trabalho e procedimentos das Instituições da ONU.

Entretanto, devo admitir que levou certo tempo para eu entender o que antes qualifiquei como um sistema complexo. O Ministério Pastoral requer uma formação continuada. Isso não se aplica também para o trabalho com JUPIC e DH?

Gabriel Ishaya



PRÓXIMOS EVENTOS

ABRIL

Abril, 8-19

4ª sessão do Comitê Central sobre Desaparecimentos Forçados. Genebra

Abril, 15-26

18ª sessão. Comitê sobre Trabalhadores Migrantes. Genebra

Abril, 22-26

46ª sessão. Comissão sobre População e Desenvolvimento. Nova Iorque

MAIO

Mai, 6-17

Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável. Nova Iorque

Mai, 20-31

12ª sessão. Fórum Permanente sobre as Questões Indígenas. Nova Iorque

Mai, 21-30

2013 sessão breve. Comitê sobre ONGs

JUNHO

Junho, 27

Reunião da Diretoria da VIVAT